

LAROYÊ, EXU! A PEDRA FOI LANÇADA: UMA REFLEXÃO SOBRE BOLSONARISMO FASCISTA

LAROYÊ, EXU! THE STONE HAS BEEN CAST: A REFLECTION ON FASCIST BOLSONARISM

Joyce Cardoso Olímpio Ikeda¹
José Edvaldo Pereira Sales²

Resumo: O artigo tem como premissa a Filosofia enquanto arma de transformação social. Traz como base da proposta analítica a Filosofia Africana, ancorando-se no Orixá do movimento, laroyê, Exu! Assim, o trabalho analítico busca identificar nas características do bolsonarismo suas raízes fascistas e autoritárias. Esboça uma reflexão sobre a atual ordem política democrática brasileira. Ao final, apresenta uma análise ancorada na epistemologia da encruzilhada apontando para uma possibilidade de refazimento do mundo social por meio da emancipação política.

Palavras-chave: bolsonarismo, fascismo, democracia, filosofia africana, Exu

Abstract: *The article's premise is Philosophy as a weapon of social transformation. Its analytical proposal is based on African Philosophy, anchored in the Orixá of the movement, laroyê, Exu! Thus, the analytical work seeks to identify its fascist and authoritarian roots in the characteristics of Bolsonarism. It outlines a reflection on the current Brazilian democratic political order. In the end, it presents an analysis anchored in the epistemology of the crossroads, pointing to a possibility of remaking the social world through political emancipation.*

Keywords: *Bolsonarism, Fascism, Democracy, African Philosophy, Exu*

¹ Estágio Pós-Doutoral em Direito, em andamento, (PPGD/UFPA); Doutora em Políticas Públicas (PPGPP/UFMA); Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA/UNIFESSPA); Licenciada e Bacharel em Ciências Sociais, com ênfase em Ciência Política (UFPA). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia (GEDHA/CEAF-MPPA/CNPq); Membro do Grupo de Pesquisa em Direito e Diversidade (GUPEDD/UFMA); Membro do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS/PUC-SP).

² Doutor e mestre em Direito (UFPA). Especialista em filosofia (ESTÁCIO). Graduado em direito (UFPA) e filosofia (UNISUL/SC). Membro do Grupo de Estudos “Garantismo em Movimento” (UFPA), do Grupo de Estudos “Democracia, Desenvolvimento e Minorias” (CESUPA) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia (GEDHA-MPPA). Diretor-Geral do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF-MPPA). Promotor de Justiça no Estado do Pará.

Introdução

Exu matou um pássaro ontem com a pedra que atirou hoje.

Historicamente, a América Latina, assim como o continente africano³, sofre com o projeto de dominação política, econômica, filosófica, religiosa etc. executado por meio da colonialidade do poder e do saber, operada pelo universalismo europeu⁴. Diante disto, a reflexão aqui proposta visa analisar o exercício da democracia na atual formação social brasileira, tendo como referência o movimento amplamente denominado “bolsonarista”. Movimento que antecede e que se estende para além do período em que Jair Bolsonaro foi Presidente da República (2019-2022).

Por opção política e, sobretudo, por entender que a estimada neutralidade acadêmica é uma falácia, nossa proposição de construção analítica tem como base e referência as perspectivas trazidas pela filosofia africana, a partir de Exu, por reconhecer em Exu o movimento de possibilidades e de potencialidades para a descolonização do imaginário e para o enfrentamento político frente à dominação.

Nesta perspectiva, toda a organização do pensamento; a lógica na escolha de estruturação e de concatenação das ideias, bem como, o formato de exposição dos argumentos; a discussão teórica levantada; a apropriação e o uso dos conceitos; e as proposições trazidas no presente artigo estarão ancoradas em Exu, considerando-o a “inscrição de pluriversalidade do mundo” (Rufino, 2019, p. 31).

Em outras palavras, todo o trabalho teórico e o expositivo organizam-se a partir de uma matriz de pensamento que tem por intenção a desconstrução do saber e do fazer filosófico forjados pelo

³ Falola (2020) afirma que o domínio colonial é uma experiência compartilhada por regiões subjugadas por potências europeias. Em relação à subjugação e ao papel do cristianismo como instrumento de dominação, assevera: “A educação ocidental acompanhou a evangelização, mas, junto com elas, veio a divisão da sociedade em linhas ideológicas (‘cristãos civilizados’ em oposição aos ‘tradicionalistas primitivos’). [...] Os vínculos entre colonialismo e cultura nem sempre são óbvios, mas eles não são difíceis de traçar. Se os europeus tratavam os africanos colonizados como o ‘Outro primitivo’, a experiência colonial fez com que os africanos se constituíssem como uma raça aterrorizada, violada e explorada pelo ‘Outro branco’, patriarcal e poderoso” (Falola, 2020, p. 23).

⁴ Tema tratado por Immanuel Wallerstein (2017). Para Wallerstein (2017, pp. 88-89), o “princípio fundamental da economia-mundo capitalista é a acumulação incessante de capital”. Ressaltando que: “Essa estrutura tem três elementos principais: uma combinação paradoxal de normas universalistas e práticas racistas-sexistas; uma geocultura dominante pelo liberalismo centrista; e as estruturas de saber, raramente notadas, mas fundamentais, baseadas em uma divisão epistemológica entre as chamadas duas culturas”. De um lado, os valores ocidentais cristãos, tidos como civilizados e modernos, constituídos pela ciência. Do outro, a cultura dos selvagens, dos “não civilizados”, o que justifica o processo de colonização, justamente porque a retórica do poder não tolera a paridade cultural. Esta separação entre duas culturas: a moderna e a atrasada, legitima a intervenção dos países economicamente dominantes nos países da periferia capitalista.

eurocentrismo. Assim, dito de outro modo: Laroyê, Exu! Nosso movimento reflexivo, tanto no aspecto metodológico como no analítico, terá como guia a epistemologia do Orixá da encruzilhada.

O bolsonarismo e sua feição fascista

Nem todo movimento reacionário pode ser caracterizado como fascista. Com esse pensamento, Konder (2009, p.27), ao definir o termo, adverte que “o conceito de direita é imprescindível a uma correta compreensão do conceito de fascismo, embora seja mais amplo do que este: a direita é um gênero de que o fascismo é uma espécie”. O autor argumenta que o posicionamento político de direita se fundamenta numa ideologia funcional às forças sociais que lutam pela manutenção dos privilégios de que dispõem.

Embora o termo “fascismo” tenha relação direta com um momento muito próprio da história que, ao longo do tempo, tomou contornos variados. Bobbio (1998) afirma que, em razão disso, há uma tendência de se associar o fascismo apenas ao que ocorreu na Itália e na Alemanha entre os anos de 1919 e 1945. Aqui, no entanto, o uso do termo vai além desse momento histórico para caracterizar o bolsonarismo como fascista a partir de vários aspectos detectados por intelectuais que têm se dedicado ao tema. Muitos deles são apontados ao longo deste texto seguidos das respectivas referências⁵.

No caso do Brasil, para além do fascismo ocorrido na Europa, Boito Jr. (2020) sustenta que o fascismo tem por objetivo a eliminação da esquerda do processo político; por sua vez, o movimento neofascista (Brasil de Bolsonaro) tem como foco eliminar as aberturas que a democracia burguesa trouxe para a manifestação e defesa dos interesses das classes dominadas. No caso brasileiro, sobre a ascensão do movimento bolsonarista, argumenta que o neofascismo brasileiro do século XXI tem sua base social composta majoritariamente pela classe média e, particularmente, pela alta classe média, o que é um modo diverso do fascismo original, cuja base era de pequenos proprietários, a pequena burguesia (Boito Jr., 2021, p. 5).

Em “A psicologia de massa do fascismo”, Reich (1978, p. 20) afirma que “A teoria racista não é uma criação do fascismo. Pelo contrário: o fascismo é uma criação do ódio racial”. A respeito

⁵ Por todos, é importante destacar o que Souza e Oliveira (2020) chamam de “capacidade de adaptação” do fascismo, sua resignificação, na medida em que, embora se ampare em modelos democráticos, isso, para os referidos autores, “não exclui seus sujeitos médios e frustrados; não abandona a classe média raivosa; não deixa de proporcionar soluções simples e catastróficas; reforça o ambiente de guerra, isto é, antipacifista; adapta-se à realidade da política movida por dados e não mais pela fala agressiva e pesada de seus líderes; não mais o fascínio excessivo pelas vestimentas, mas o respeito pela hierarquia militar; e, o mais importante, flerta com aqueles que sustentem suas contradições”.

da religiosidade, completa: “o fascismo é a expressão máxima do misticismo religioso” (Idem, *ibidem*). Sobre a mentalidade fascista, argumenta:

[...] é a mentalidade do <<Zê Ninguém>> subjugado, sedento por autoridade e, ao mesmo tempo, revoltado. Não é por acaso que todos os ditadores fascistas são oriundos da camada típica do homem reaccionário. O grande industrial e o militarista não fazem mais do que aproveitar-se deste facto social para os seus próprios fins, depois de ele se ter desenvolvido no domínio da opressão generalizada da vida. A civilização repressiva e mecanicista recolhe da camada de <<Zés Ninguém>> oprimidos, sob a forma de fascismo, todo o misticismo, mediocridade e autoritarismo que durante séculos incutiu às massas humanas oprimidas. O <<Zê Ninguém>> observou bem demais o comportamento dos que o dominavam, e procura reproduzi-lo, de modo distorcido e exagerado. O fascista é o segundo sargento do exército gigantesco da nossa civilização industrial, gravemente doente (Reich, 1978, p. 20) [Grifos do autor].

A caracterização do movimento bolsonarista como uma variante do fascismo é proposta por Boito Jr. (2021). Para o autor, o movimento bolsonarista orienta-se a partir de uma ideologia fascista, composto majoritariamente pela classe média brasileira, conservadora e reacionária. Seu principal objetivo político é a eliminação da proposta política de esquerda, onde “o inimigo a ser combatido é o movimento democrático e popular” (Boito Jr, 2021, p. 7). Nesta perspectiva, o movimento fascista na história recente do Brasil tem como proposta combater a esquerda em nome de um nacionalismo bolsonarista, cujo conteúdo é a defesa de uma homogeneidade da sociedade brasileira.

Essa homogeneidade estaria ameaçada pelas lutas da esquerda e por seus valores – luta pela terra, luta pelos direitos dos trabalhadores, luta das mulheres, dos ambientalistas, da população LGBT, dos negros, indígenas e outras. A luta democrática e popular estaria do lado de fora da nação e ameaçaria sua suposta ou almejada homogeneidade interna. A hipótese é que os demais elementos, como a crítica conservadora da economia e do Estado capitalista, o sentimento de ameaça vinda de baixo, sentimento de dissolução da sociedade devido à propagação de valores divergentes, o apego a valores tradicionais, o ativismo político, o culto da violência, o irracionalismo e outras características dos movimentos fascistas e neofascistas, estão articulados com sua natureza de classe pequeno-burguesa e/ou de classe média numa situação de crise provocada pela percepção do agravamento do conflito de classes (Boito Jr, 2021, p. 7).

Prosseguindo, por um viés semelhante, Miguel (2022), além de definir o bolsonarismo como um movimento anti-intelectual e antidemocrático, afirma que se trata de um grupo social com forte influência do fundamentalismo religioso protagonizado por evangélicos neopentecostais. Para o autor, a relação entre a política e a igreja é uma marca da história da democracia brasileira, no entanto, adverte que o movimento conservador religioso é dominado por evangélicos:

As igrejas neopentecostais se organizam na forma de empreendimentos individuais ou, então, de franquias, por vezes com objetivos que se podem definir como empresariais. [...] É a chamada “teologia da prosperidade”, uma versão abastarda do calvinismo em que a graça de Deus se torna equivalente à riqueza. A participação direta na política também foi impulsionada por considerações de caráter pragmático. A ascendência sobre o rebanho abre as portas para um capital eleitoral nada desprezível, isto é, proporciona um bom objeto de barganha com os políticos laicos. Por outro lado, o acesso ao Estado é importante, quer para garantir as muitas vantagens e isenções que beneficiam as organizações religiosas, quer para estimular a leniência com transgressões que vão do desrespeito às leis urbanas de silêncio ou aos códigos de construção civil até a sonegação de impostos, evasão de divisas e lavagem de dinheiro (Miguel, 2022, p. 262).

Partimos do entendimento de que o movimento “bolsonarista”⁶ surgiu no Brasil aos moldes de uma construção fascista ou, como propõe Boito Jr., neofascista. Um movimento que se caracteriza pelo ódio em relação à prática política e democrática. É importante frisar, também, que o bolsonarismo tem como antagonista natural qualquer manifestação da capacidade de pensamento e do poder de crítica na luta pelo exercício da democracia e da participação política. Sobre isso, Miguel (2022, p. 267) afirma: “o programa bolsonarista é marcado pelo anti-intelectualismo”, que se materializa no fechamento de qualquer possibilidade de construção de debate. Sobre a questão da impossibilidade do debate, Miguel (2022) adverte:

Este fechamento para o debate é central para caracterizar o avanço da antipolítica, que significa recusa ao contraditório, à diferença e à busca por compromissos. O que incomoda na política geral é que ela existe para processar os conflitos existentes no mundo social; e o que incomoda na prática democrática em particular é que ela exige o reconhecimento da legitimidade do conflito. Assim, de forma só à primeira vista paradoxal, a belicosidade da extrema-direita, seu programa de aniquilação dos adversários, deriva da repulsa ao conflito que é própria da sensibilidade antipolítica. [...] A retórica de Jair Bolsonaro foi descrita antes como primitiva, mas isto precisa ser relativizado. Há uma ciência por trás de seu vocabulário restrito, de sua lógica tacanha, de seu apreço por lugares comuns, do uso aparentemente descontrolado de grosserias. São marcas de diferenciação em relação ao discurso político usual. Bolsonaro não precisa ser polido, como os políticos muitas vezes são, porque ele não está disponível para nenhuma conversa, para nenhuma negociação (Miguel, 2022, p. 266)

O bolsonarismo, então, pode ser interpretado como um esforço de desmobilização de uma cidadania consciente. Sua posição e prática antipolítica serve como estratégia que beneficia os grupos que melhor sabem manejá-la e que obstaculiza a estruturação democrática de alternativas e construções sociais que visem alcançar as necessidades do todo social por meio da participação popular. Trata-se de um movimento que bloqueia possibilidades de enfrentamento e do surgimento de mecanismos de desconstrução das bases sob as quais se ergue a dominação.

Nas palavras de Miguel (2022, p. 269), “seu substrato é autoritário, bloqueando o debate”. Vários elementos presentes no discurso do bolsonarismo aproximam-no de práticas autoritárias e fascistas. Diante disto, Barbosa, Machado e Miranda (2021) caracterizam-no como totalitário. A ideia de se encontrar um “salvador” para o país, a associação desse “salvador” a Messias (sobrenome de Bolsonaro), a criação de uma personalidade única (Bolsonaro), seu apelido de “mito”, o culto à sua personalidade como líder por seus seguidores, dentre outros aspectos, foram elementos analisados pelos referidos autores, a partir de matérias divulgadas pela imprensa e de mensagens postadas por

⁶ Boito Jr. (2020, p. 115) define o fascismo como um movimento de massa reacionário, que no Brasil se formou em 2015, na campanha pela deposição da presidenta Dilma Rousseff. Foi a partir de então, que segundo o autor, nasceu o movimento bolsonarista. O autor faz um esboço do movimento bolsonarista, caracterizando-o como uma espécie de movimento neofascista unindo: “anticomunismo, culto da violência, crítica à corrupção e à velha política (democrática); politização do machismo, do racismo (difuso) e da homofobia (sistemática)”. Tendo como mobilização de base as redes sociais.

Bolsonaro em sua conta no Twitter (“X”), no intuito de apontar o bolsonarismo como movimento político totalitário.

Sobre o conservadorismo cristão e a emergência da nova extrema-direita bolsonarista, Miguel (2022) argumenta que a direita religiosa não é uma novidade na construção da política nacional. O elemento religioso contribui para o fechamento do espaço do debate político, justamente por deslegitimar o caráter e a necessidade do surgimento, ou melhor, do reconhecimento da legitimidade dos conflitos sociais para a construção de uma sociedade democrática.

Essas raízes históricas do fascismo, sua caracterização, aliadas a elementos históricos da realidade brasileira, como é o caso do viés religioso, o discurso cristão elaborado nas igrejas neopentecostais e reproduzido pela “Bancada Evangélica” no Congresso Nacional, são, dentre outros, os ingredientes que repercutiram no modo como a política no Brasil foi conduzida e como suas bases democráticas foram assoladas. Os efeitos desse momento recente, dado o resultado das eleições de 2022, ainda são sentidos. Vários momentos poderiam aqui ser listados na empreitada do ódio, do ataque à cidadania e da promoção da Necropolítica. Mais adiante, será ressaltado o fatídico dia 8 de janeiro de 2023, muitos dos acusados já foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O bolsonarismo e a ordem política e democrática

Analisar a conformação da ordem política e democrática no Governo Bolsonaro exige tratar primeiramente de dois termos fundamentais – direita e esquerda. O fascismo, por exemplo, é considerado um movimento de direita; mas, afinal, o que se define por uma posição política de esquerda e uma de direita? Tal definição, ou melhor, tal conceituação é essencial para uma reflexão que entende que a prática democrática deve ser fundamentada na participação social. Para este exercício, mesmo sendo um reconhecido intelectual liberal, trazemos Bobbio (2011), que faz significativas contribuições para o entendimento da oposição conceitual entre os termos:

“Direita” e “esquerda” são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas (Bobbio, 2011, p. 49).

Os termos esquerda e direita indicam mais do que oposição de ideias, trata-se de um contraste entre alternativas de construções de mundo. Indica programas contrapostos no tratamento dos problemas sociais. Demarca o contraste entre os interesses de grupos antagônicos. Enquanto a direita defende a liberdade baseada no poder econômico; a esquerda prima pela igualdade social a ser promovida pela justa redistribuição dos excedentes da produção. Pode-se dizer que a promoção da

equidade tende a limitar a liberdade; no entanto, enquanto para a classe economicamente dominante isso significa a redução do efetivo exercício da liberdade, para as classes socialmente vulneráveis, a liberdade baseada no mercado trata-se de uma igualdade em potencial (Bobbio, 2011)⁷.

Rancière (1996) define a política como a atividade de reivindicação da parcela da sociedade que não tem parte nas riquezas socialmente produzidas; numa asserção mais concisa, a política é a busca pela igualdade entre os grupos sociais. Argumenta: “A política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela” (Rancière, 1996, p. 26). Assim, a política inicia-se na busca pelo equilíbrio social, harmonia pela repartição dos bens comuns. Neste sentido, o desentendimento não está na argumentação, mas na materialidade, ou seja, na situação de classe dos que argumentam. Explica:

A instituição da política é idêntica à instituição da luta de classes. A luta de classes não é o motor secreto da política ou a verdade escondida por trás de suas aparências. Ela é a própria política, a política tal como a encontram, sempre já estabelecida, os que querem fundar a comunidade com base em sua arkhé. Não se deve entender com isso que a política existe porque grupos sociais entram em luta por seus interesses divergentes. A torção pela qual existe política é também a que institui as classes como diferentes de si mesmas (Rancière, 1996, pp. 32-33).

Rancière (1996) traz importantes contribuições para a problematização e o entendimento do conceito de democracia. A existência do dissenso, para o autor, é o que possibilita a política. Assim, a luta entre as classes antagônicas é a própria essência da política. De tal modo, a democracia é o espaço de manifestação do desentendimento, na medida em que a política é a reivindicação dos grupos sociais vulnerabilizados pela ordem econômico-social estabelecida. Sua tese é que havendo o consenso desaparece toda a distância entre a parte reivindicante e o resto da sociedade. Nestes termos, o desaparecimento do dissenso é o desaparecimento da política, ao passo que democratizar é abrir possibilidades de manifestações do conflito a fim de que haja a inclusão dos que se encontram marginalizados.

Rancière (2014) revela que o ódio à democracia não é um elemento novo. O sentimento antidemocrático inscreve-se na máxima de filósofos – da época de Platão à de Montesquieu –, a democracia torna-se prejudicial quando se deixa corromper pelos valores de construção de uma sociedade democrática. Principalmente, os que buscam a igualdade e defendem o respeito às

⁷ Para exemplificar um pouco mais sobre a diferenciação entre direita e esquerda, Bobbio (2011, p. 127-135) elenca os critérios para definir a esquerda da direita. Neste propósito, o intelectual parte das definições de movimentos políticos e doutrinas da extrema-esquerda, do centro-esquerda, do centro-direita e da extrema-direita. Explica: “são dois os critérios fundamentais que, combinados, servem para estabelecer um quadro que preserva a contestada distinção entre direita e esquerda, e ao mesmo tempo responde à bem mais difícil objeção de que são considerados de direita e de esquerda doutrinas e movimentos não homogêneos como, à esquerda, comunismo e socialismo democrático, e, à direita, fascismo e conservadorismo. Tal quadro explica, ainda, por que tais movimentos, embora não sendo homogêneos, podem estar em situações excepcionais de crise, potencialmente aliados.

diferenças. Tanto e a tal ponto que a ideia de democracia somente é aceita caso o formato de “experiência democrática” reprima e limite a participação e qualquer medida de promoção da igualdade social.

Portanto, o processo democrático deve constantemente trazer de volta ao jogo universal em uma forma polêmica. O processo democrático é o processo desse perpétuo pôr em jogo, dessa invenção de formas de subjetivação e de casos de verificação que contrariam a perpétua privatização da vida pública. A democracia significa, nesse sentido, a impureza da política, a rejeição da pretensão dos governos de encarnar um princípio uno da vida pública e, com isso, circunscrever a compreensão e a extensão dessa vida pública. Se existe uma “limitação” própria à democracia, é nisso que ela reside: não na multiplicação exponencial das necessidades ou dos desejos que emanam dos indivíduos, mas no movimento que desloca continuamente os limites do público e do privado, do político e do social (Rancière, 2014, p. 81).

Feitas algumas pontuações sobre os conceitos de política e de democracia, antes de tratarmos das peculiaridades da formação brasileira entre os anos de 2016⁸ e 2022, e os desdobramentos do bolsonarismo pós-eleição de 2022, é necessário fazer o movimento da pedra de Exu. Em tópico adiante, gostaríamos de trazer perspectivas emancipatórias e novos horizontes para o futuro da organização político-econômica brasileira. Entretanto, para isso, é preciso compreender as bases que sustentam e fortalecem um movimento declaradamente contra a construção de uma ordem social mais inclusiva e democrática. E estas bases estão na formação da sociedade no Brasil, tão bem sintetizada por Oliveira (2001):

A formação da sociedade brasileira, se reconstituirmos pela interpretação de seus intelectuais “demiúrgicos”, a partir de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Machado de Assis, Celso Furtado e Florestan Fernandes, é um processo complexo de violência, proibição da fala, mais modernamente privatização do público, interpretado por alguns como categoria de patrimonialismo, revolução pelo alto, e incompatibilidade radical entre dominação burguesa e democracia; em resumo, de anulação da política, do dissenso, do desentendimento, na interpretação de Rancière (Oliveira, 2001, pp. 58-59)

É importante frisar isso, as origens do bolsonarismo, e aqui atreladas ao autoritarismo e todos os seus desdobramentos, estão no passado, na história de formação da sociedade brasileira. Por isso, o movimento de Exu, o modo como a filosofia africana, nesse aspecto, faz o convite a refletir sobre o presente e passado, é relevante para compreendermos como lidar e como construir uma política que enfrente e supere todas as formas de expressões neofascistas que queiram dominar a política e a democracia solapando-as.

⁸ O processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016, pode ser considerado um fator desencadeador de uma crise na construção do processo eleitoral brasileiro, protagonizada por grupos conservadores e evangélicos favorecendo a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. Sobre isso, argumenta Boito Jr. (2020, p. 115) “No Brasil, o movimento de massa reacionário se formou em 2015 na campanha pela deposição de Dilma Rousseff. De lá, saiu, após depuração, o movimento especificamente neofascista- o Bolsonarismo”.

A encruzilhada, o sentido de filosofia e filosofia(s) africana(s).

A expressão filosofia africana é utilizada ao longo do texto num sentido amplo, abrangente, para além do termo “filosofia” que é empregado desde a tradição grega. E isso decorre do fato de que discutir a própria existência de uma filosofia africana passa por duas questões fundamentais: a primeira é saber o que eles, na África, entendem por filosofia africana, o que demandaria um trabalho infundável dadas as próprias complexidades da formação daquele continente e da diversidade de seus segmentos populacionais e suas implicações como língua, religião, forma de pensar etc. A outra é saber o que é filosofia, e, para isso, seria necessário um resgate histórico, discutindo, inclusive a propalada origem grega da filosofia, até os dias atuais nas suas mais variadas expressões e interpretações, principalmente no mundo ocidental (vide, por todos, Towa, 2015, p. 25 e seguintes).

Afora essas duas questões, outras perspectivas de discussão podem ser traçadas. Referimo-nos aqui, de modo mais pontual, ao que é proposto por Oruka (2002) quando fala em quatro tendências da atual filosofia africana, referindo-se à etnofilosofia, filosofia da sagacidade, filosofia nacionalista-ideológica e filosofia profissional. Antes, contudo, de apontar essas tendências, o referido autor destaca a existência de dois sentidos ou usos, totalmente distintos, da expressão filosofia africana. Em um sentido, essa expressão filosofia africana é tomada em oposição a outros modos de conceber e fazer filosofia noutros continentes, sobretudo, à filosofia ocidental ou, particularmente, à filosofia europeia. Noutra sentença, e é esse o adotado por nós neste texto, a filosofia é concebida de modo geral como uma atividade ou saber universal. Não há, assim, um regionalismo para o fazer filosófico de modo a ficar circunscrito a este continente ou a um determinado grupo seleto de autores.

É inevitável, como se vê desde logo, que a discussão sobre o sentido do que é filosofia passa pelo eurocentrismo na medida em que essa forma de pensar, tal qual concebida na sua sofisticação e interrogação do próprio conhecimento, seria impossível para pessoas africanas, incapazes de produzir uma filosofia a ponto de ser a expressão filosofia africana um oxímoro (Machado; Nogueira; Nascimento, 2023, p. 158). Há, como afirma Somet (2016), um preconceito em geral sobre o que é proveniente da África, não apenas sobre aquilo que se refira à filosofia africana. Embora, sabe-se, a Europa ocidental quer negar a contribuição de outros continentes e regiões do mundo e, o que é pior, apropria-se dessas contribuições sem mencionar suas origens.

Essa pretensa exclusividade do saber filosófico apenas para essa pequena porção do mundo (a Europa Ocidental) ignora, por exemplo, que o Egito é o berço das ciências matemáticas e que os sábios e pensadores da Antiguidade tinham uma visão completamente diferente da África, ou, como

afirma Somet, a “pretensa superioridade dos brancos só encontra defensores entre os próprios brancos” (Somet, 2016).

Towa (2015, p. 38-39) chama a atenção para um fato que é praticamente desconsiderado em muitas análises sobre as origens da filosofia grega e, portanto, ocidental, que é a influência do Egito antigo, pois os textos antigos revelam que, às margens do Nilo, floresceu uma autêntica filosofia muito antes dos pré-socráticos. Foi o Egito⁹ antigo que abriu o caminho para o que hoje concebemos como filosofia. São os preconceitos racistas e os europeus modernos que impedem de fazer esse justo reconhecimento.

Não apenas o termo filosofia, mas as influências sobre os primeiros pensadores gregos, nos moldes como são apresentados, isto é, que seria um “privilégio” da Grécia e da Europa Ocidental, são questionáveis. Vale a transcrição de um trecho da crítica de Somet, depois de afirmar que as palavras σοφία e σοφός derivam da palavra grega “seba”, que significa ensinar, instruir, ensino:

Além do mais, dando crédito ao historiador Diogène Laërce, “Tales não seguiu lições de nenhum mestre senão no Egito onde ele frequentou os sacerdotes do lugar”. O mesmo autor acrescenta que “segundo Pânfilo, ele (Tales) aprendeu dos egípcios a geometria, inscreveu um círculo no triângulo retângulo, e por essa descoberta sacrificou um boi”. Enfim, na história da filosofia, Tales é o verdadeiro primeiro filósofo grego a afirmar que a água é a origem de tudo. Além de Tales e Pitágoras, outros precursores gregos no pensamento e nas ciências efetuaram a viagem do Egito ou, ao menos, foram alimentados pelos conhecimentos egípcios. Além de Platão e Aristóteles, claro tem-se também Sólon, Xenofonte, Demócrito de Abdera, Hecatêu de Mileto e seu discípulo Heráclito de Éfeso, Eudóximo de Cnide, etc. Todos se apropriaram e desenvolveram, em graus os mais diversos, as ideias e conhecimentos egípcios. Alguns dentre eles, como Pitágoras, Platão e Aristóteles reproduziram na Grécia instituições de ensino funcionando no Egito. Sabe-se também que Platão fundou a “Academia” e Aristóteles o “Liceu”, duas instituições até então desconhecidas em Atenas (Somet, 2016).

Nesse sentido,

[as] investigações sobre as origens do pensamento filosófico no Velho Continente encontram ao menos duas grandes interpretações. Uma é aquela iniciada pelo polímata senegalês Cheikh Anta Diop, que sustenta o Kemet como berço da civilização mundial e também da ciência e da filosofia. Com isso, ele renega o Egito embranquecido pelos processos coloniais, e realça o valor do Kemet, o *Egito da Negritude*, cujas populações eram negras e se nomeavam em função dessa característica (Machado; Noguera; Nascimento, 2023, p. 160).

Portanto, quando nos reportamos ao termo filosofia africana, é um modo amplo para trazermos ao texto o que Exu representa e quais as implicações disso para os fins deste artigo. Não se quer com isso, é importante ressaltar, que não exista uma filosofia africana, ao contrário. Queremos reafirmar

⁹ Vide a respeito, Diop (2013), onde o autor faz longa análise sobre a origem dos antigos egípcios e dos diversos modos pelos quais se viam e eram vistos.

sua existência, a seu modo. Caso não fosse assim, estaríamos incorrendo no que historicamente tem-se dado na relação com povos que foram colonizados e subjugados.

Foram os conquistadores da África, em suas guerras injustas com pretensões colonizadoras, que se autoincumbiram da tarefa de definir filosofia. E, assim fazendo, cometeram epistemicídios. Além disso, colocar em dúvida essa existência é questionar o próprio estatuto ontológico de seres humanos dos africanos (Ramose, 2011).

Por fim, falar em filosofias africanas é abranger dois sentidos, as que são produzidas *em* África e as que o são *desde* África, de modo que haja

não apenas conteúdos conceituais diferentes daqueles produzidos pelo ocidente, mas também uma epistemologia outra, que, quando pensada desde a diáspora, oferece maneiras de reposicionar não apenas conteúdos do que se conhece, mas os próprios modos de conhecer, mobilizando o corpo, a imaginação, o compromisso e a ancestralidade como balizadores epistemológicos das lógicas e práticas de conhecimento africanas (Machado; Nogueira; Nascimento, 2023, p. 160).

Com essa importante ressalva de conteúdo conceitual e histórico, reposicionando as coisas no que se refere à filosofia africana, o tópico seguinte passa ao enfrentamento propriamente da questão sobre a análise do exercício da democracia na formação social brasileira, tendo como referência o bolsonarismo, a partir de Exu como movimento de possibilidades e de potencialidades para a descolonização do imaginário e enfrentamento político em face da dominação.

Preparando a pedra para Exu lançar

Desse modo a tentativa de Exu de inverter o mundo atingiu também os homens e permaneceu viva entre eles.

Exu é o Orixá mensageiro que abre portas. Ele traz possibilidades de refazimentos dos caminhos da humanidade. Na concepção filosófica africana, Exu é a ciência reivindicada para romper com a política e com as práticas de dominação, originando-se na construção epistemológica da encruzilhada, numa disputa epistêmica, que visa contribuir para a “invenção de um projeto poético/político/ético que opere no despacho do *carrego colonial*” (Rufino, 2019, p. 10) [grifos do autor].

Trata-se de uma perspectiva estratégica no debate intelectual que objetiva descolonizar o pensamento e a produção do conhecimento, atuando no fortalecimento de perspectivas da transformação e da emancipação humana, tanto na interpretação dos fenômenos sociais quanto na construção de novas possibilidades de existir no mundo.

Exu é o dono das encruzilhadas. Ele é o ser do movimento. É a entidade mensageira. Ele é o cruzo de caminhos e de experiências. Silva (2015, p. 208) apresenta Exu como um ser que incorpora a dialética em seu movimento, por um lado, porque é a entidade da desordem, “ele nos remete à própria perda dos elos da vida social dos africanos e dos seus descendentes”. Exu, nas palavras do autor, nos remete à “desterritorialização, desumanização, sevícia, violência”, ou seja, o processo de colonização do Outro. O que nas palavras de Mbembe (2020; 2022), pode ser definida como a política da inimizade e do brutalismo.

A política da inimizade é caracterizada por movimentos de ódio e de hostilidade. É a manifestação da inimizade com a condenação do Outro fundamentada num raciocínio mítico-religioso. Para Mbembe (2020), a originalidade do colonialismo foi ter arrancado à divindade seu segredo, de modo que o colonialismo e o fascismo compartilham a originalidade da construção de um mito como forma de submissão e controle do Outro. Em outra acepção, a política da inimizade é instauração da necropolítica, um ativismo direcionado a acometer os direitos do Outro.

Por brutalismo entendemos o processo de fraturamento e fissuração descrito por Mbembe (2022). Técnicas políticas de perfuração de corpos e mentes, que visam criar o estado de exceção como norma e um estado de emergência permanente. Nas palavras do autor, “trata-se de fazer pleno uso da lei com o intuito de multiplicar os estados de não direito e de desmantelar todas as formas de resistência” (Mbembe, 2022, p. 14). Afirma que o domínio do conhecimento permite à humanidade participar da revelação e da manifestação da verdade. Neste sentido, o brutalismo é um modo de administrar o controle e a força, é uma forma de naturalização da guerra, operando sob o controle da “verdade” seja na dimensão religiosa, na sexual ou qualquer outra expressão da existência humana.

Por outro, Exu também é o “agente da ordem, possibilita a rearticulação do mundo pela inversão, cooptação, resistência, jocosidade, criatividade, sedução, enfim, pelos atributos relacionados aos seres que habitam as margens do mundo social” (Silva, 2015, p. 208). Recorrer a Exu, enquanto ciência e a sua epistemologia da encruzilhada, é movimentar-se em direção à inversão do mundo de dominação, sobretudo, porque “Exu emerge como esfera do saber potencialmente emancipatória, pois é o próprio movimento” (Rufino, 2019, p. 53).

Sendo ciência e movimento, de destruição e refazimento do mundo, Exu pode ser interpretado como uma força e manifestação da dialética marxista¹⁰. Temos como premissa a Filosofia enquanto arma da transformação social (Althusser, 2011). É que, ao tomarmos a filosofia africana, a partir de

¹⁰ Cabe destacar que o termo dialética marxista aqui empregado é entendido, simultaneamente, como uma ciência (materialismo histórico) e como uma filosofia (materialismo dialético). A dialética marxista é revolucionária não apenas no sentido político (transformar o mundo), mas também teórico (transformar a filosofia) (Althusser, 1967, 1981).

Exu, como um modo de pensar que não parte do centro ou eurocêntrico, adotamos uma cosmovisão que rejeita a sobreposição de qualquer outro pensamento ao modo de pensar da filosofia africana. Exu, com afirma Rocha (2016), é nesse sentido “a comunicação, a mudança, a não hierarquização, especialmente de um pensamento sobre o Outro, já que percorre caminhos e descaminhos na filosofia ocidental com os pés dançantes sobre o terreiro da filosofia africana”. Conceber o pensamento nesses moldes é dar-lhe uma feição dialética de transformação.

Assim, assumimos o caráter transformador da ciência e do método filosófico da dialética marxista (Althusser, 1967; 1981). Primeiro, porque a dialética de Marx é um movimento de destruição do mundo criado pela e para dominação. Segundo, porque o fazer filosófico em Marx rompe a barreira da tarefa de interpretação para transformação do mundo visando a emancipação humana. Desse modo, a assertiva “preparar a pedra para Exu lançar”, deve ser interpretada como um movimento reflexivo ao acreditar que:

Invocar Exu e seus princípios de mobilidade e de criação e possibilidades é assumir que caminharemos na exploração dos percursos historicamente negados, reinventando aqueles que, ao longo do tempo, se privilegiaram de condição de “curso único”. Não é somente buscar um caminho tido como “alternativo”, mas eleger aquele que foi negado porque é necessário à descolonização, já que é anticolonial (Rufino, 2019, p. 53).

Na relação que queremos estabelecer com o Brasil e seu passado político (ainda presente), o bolsonarismo, ao invocar Exu, que mata um pássaro ontem, queremos sustentar que há no passado da história do país algo que precisa ser resgatado, pois é Exu que “nos ensina a recuperar o conhecimento ancestral para a compressão de nós mesmos no presente” (Ramos; Neto, 2021). A pedra que se joga hoje atua nos caminhos do presente, daquilo que hoje se mostra como possível, mas as condições objetivas para tal estão em curso desde o passado (Ramos; Neto, 2021). É necessário, assim, resgatar os traços da história do país, sobretudo a formação estrutural da sociedade brasileira e o autoritarismo que lhe é inerente, para compreender o bolsonarismo e buscar caminhos de transformação.

A conjuntura política e a democracia no Brasil revelam a encruzilhada em que nos encontramos. Defender uma democracia liberal (formal) é não perder o horizonte de que precisamos avançar muito para a construção de uma democracia social (substancial). É neste sentido, que o dono da encruza pode nos mostrar a direção do caminho de transformação. Ao lançar a pedra, Exu pode romper com o raso debate que vicejou intensamente, e ainda tem seus rescaldos, no cenário político, centrado entre “petistas” e “bolsominios”; ou ainda, em discussões que mencionam os termos direita e esquerda sem a devida conceituação ou o entendimento sobre o que cada um representa.

Exu é o Orixá da inversão e como tal “é a esculhambação das lógicas dicotômicas para a reinvenção cruzada” (Rufino, 2019, p. 37). E a encruzilhada da política e da democracia no Brasil

está em retomar a luta de denúncia frente à estrutura jurídico-política do Estado burguês (enquanto espaço de relações de dominação); e pela ampliação da democracia, uma vez que, diante dos últimos acontecimentos da história recente do país (período 2015-2022), estamos sendo forçados a defender um regime político “democrático” das formações sociais capitalistas¹¹.

Trata-se de um exercício de liberdades políticas, porém, refere-se a uma liberdade usufruída pela sociedade em níveis desiguais. Enquanto um grupo restrito desfruta de mecanismos de gestão para suas demandas de classe, uma maioria permanece à margem dos espaços de decisão. Retomamos aqui, a afirmação de Bobbio (2011), para as classes mais vulneráveis também há liberdade, porém trata-se de uma liberdade em potencial, visto que não é exercida. Sobre a complexidade da luta pela concretização de uma democracia social e inclusiva, Saes (1998) discorre:

O proletariado deve, de um lado, lutar pela conservação da democracia burguesa, já que esta cria condições políticas mais favoráveis à formação/desenvolvimento de um partido proletário revolucionário [...]. De outro lado, o proletariado deve criticar as próprias instituições democráticas, que no entanto busca proteger quando elas são desafiadas por tendências ditatoriais ou fascistas das frações burguesas [...]. Através da ação legal-revolucionária, o proletariado simultaneamente invoca a proteção da legislação constitucional burguesa e denuncia a impossibilidade de seu cumprimento integral; a reivindicação do cumprimento da lei faz parte, portanto, da preparação das massas para a Revolução (Saes, 1998, pp. 171-172)

Na democracia liberal, a igualdade formal pode caminhar lado a lado com o preconceito natural que leva o opressor, muito tempo ainda após a alforria do escravo, a seguir desprezando aquele que fora seu inferior. Aliás, sem a destruição do preconceito, essa igualdade é apenas imaginária (Mbembe, 2018. p. 152).

Em relação aos limites da democracia capitalista/burguesa, Mbembe (2019, p. 31) afirma: “É preciso ir além da concepção tradicional da sociedade civil, herdada diretamente da história das democracias capitalistas”. Adverte que para a invenção de um mundo que se defina pelo respeito à multiplicidade de identidades, fazem-se necessárias recomposições sociais profundas, capazes de retirar da exclusão os grupos sociais marginalizados pelas múltiplas dimensões da dominação capitalista. O autor reforça o argumento de que é preciso a invenção de uma ordem política que

¹¹ Sobre o caráter da democracia liberal, ver Saes (1987; 1998), para quem a democracia liberal é mais um espaço da concretização, ou melhor, da continuação da dominação de classe já que existe um acesso desigual das classes sociais antagônicas às liberdades políticas. Saes (1987), define a democracia burguesa como forma de estado e como regime político, explica: “Recorramos à multi-milenar e controversa expressão democracia, para designar, ao mesmo tempo, uma forma de Estado e um regime político. Ou melhor: democracia, de um lado, é um padrão de organização interna das atividades estatais, cabível em qualquer tipo histórico de Estado (escravista, asiático, feudal, burguês); de outro, é um modo de relacionamento possível em qualquer tipo histórico de Estado, entre o corpo de funcionários e a classe exploradora, no terreno da implementação da política de Estado”. Cabe destacar que, para esta reflexão, entendemos o Estado apresentado por Poulantzas (1977), como uma instituição jurídico-política, centro do exercício do poder político que, enquanto organiza a luta política da classe dominante, desorganiza a luta política das classes dominadas.

permita pautas indigenistas, relações de gênero, entre outras. Completa: “A descolonização sem a democracia é uma forma lastimável de retomada de si – fictícia” (*Ibidem*).

Considerações finais

Exu é, sobretudo, a transgressão dos paradigmas coloniais. Seus cruzos, encruzas e encruzilhadas nos permitem interpretar nossa formação social dentro de uma concepção de tempo que rompe com a noção de separação entre passado, presente e futuro. E não se trata apenas de refazimentos de caminhos possíveis, mas também, de novas possibilidades de leitura e interpretação da democracia e da política brasileira.

Sob o manto do discurso religioso caracterizado por uma política de ódio, combinando a massificação do racismo e da repressão sexual, principalmente contra a população LGBTQIA+, questões de gênero, ideias bélicas, xenofóbicas e racistas estão muito atreladas ao autoritarismo, cuja fonte está no fracasso social, o bolsonarismo tem relações com o que podemos chamar de “fascismo histórico” ou “clássico” a partir dos preconceitos, da manutenção da tradição, da recusa da modernidade (Souza; Oliveira, 2020). No caso do Brasil, que tem uma sociedade estruturada historicamente na escravidão e nas relações de mando e obediência, é lugar propício para que práticas discriminatórias de toda ordem afluam a qualquer momento.

Os atos violentos ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023, chamados pela imprensa em geral e por diversas autoridades públicas do país como “atos terroristas”, em que uma turba enfurecida, adepta do bolsonarismo, depois do resultado das eleições de 2022, quando Bolsonaro perdeu as eleições para Lula, invadiu a praça dos Três Poderes, em Brasília, e promoveu atos de vandalismo de toda ordem, ficou evidente a que ponto a violência, a intolerância e o ódio caracterizam o bolsonarismo. Muitas dessas pessoas já foram julgadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com condenações por esses atos.

Não é de surpreender que essa violência, atos de barbárie, esteja atrelada a tantos outros ocorridos durante o governo Bolsonaro. Dentre o que já se apontou ao longo do texto, as acusações de vínculos entre o bolsonarismo e as milícias, e o bolsonarismo e as milícias digitais, aproximam o bolsonarismo às origens do fascismo italiano e, também, ao nacional-socialismo na Alemanha, onde foram criadas e sustentadas durante a existência dos dois regimes as milícias a serviço do ódio e das perseguições de toda ordem contra os “inimigos” do governo como os judeus, homossexuais, ciganos etc.

Por essa e por outras, o bolsonarismo tem sido lido por diversos autores¹², a exemplo dos que constam como referências deste artigo, como um movimento fascista. Urzêda-Freitas e Vieira (2022) associam-no ao fascismo em face do conteúdo da propalada reunião ministerial de 22 de abril de 2020, quando Bolsonaro declara “Eu quero todo mundo armado. O povo armado jamais será escravizado”. E, prosseguem os mesmos autores como a hashtag #FechadosComBolsonaro que ocupou as redes sociais numa atitude típica de adesão independentemente do que o presidente dissesse ou fizesse. Há nessa adesão irrefletida um tipo de “fetichismo sádico” na medida em que se instaurou no país uma política de destruição e, apesar disso, dizem Urzêda-Freitas e Vieira (2022) a vulnerabilidade do Outro “acaba se tornando uma fonte peculiar e inesgotável de gozo”.

Mesmo depois do resultado das eleições de 2022 em que Bolsonaro saiu derrotado e de sua recente declaração de inelegibilidade pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o bolsonarismo ainda permanece latente em manifestações de congressistas, na polarização da sociedade, e em atos de ódio e vandalismo como os do dia 8 de janeiro. Portanto, não se trata de algo superado. Tudo indica que as eleições municipais de 2024 vão trazer à tona novamente os embates ocorridos na última eleição (2022).

O diálogo com a mitologia dos Orixás traz para nossa reflexão a poética de um fazer filosófico emancipatório, que tem o poder de destruição do mundo forjado pelo brutalismo e por uma política da inimizade, ao mesmo tempo, em que propõe um novo universo de pluriversalidade. É importante ressaltar que a concepção de Universo¹³ e a noção de linearidade do tempo na perspectiva da filosofia africana são uma ilusão.

O tempo, na concepção africana tradicional, é um fenômeno que se realiza em duas dimensões. A primeira é a dimensão que compreende todos os fatos que estão prestes a ocorrer, que estão ocorrendo ou acabaram de ocorrer. A segunda é a dimensão que engloba todos os acontecimentos passados, que ligam o início das coisas ao presente desdobramento dos eventos no Universo. De acordo com esta ideia ancestral, o tempo flui mais pela opção existencial do ser humano do que por outros fatores. Assim, é preciso acreditar na existência simultânea do passado, do presente e do futuro; e orientar o tempo dentro da harmonia dessas três variantes. Porque o tempo linear, com horas, dias, meses e anos é também uma ilusão (Lopes; Simas, 2022, p. 24).

¹² Vide, por exemplo, Júnior e Fargoni (2020), que caracterizam o bolsonarismo como fascista a partir de diversas características como a necropolítica, a idolatria às tradições, o reacionarismo, o anti-intelectualismo, o autoritarismo, a versão à pluralidade, o pacto com as elites, o nacionalismo às avessas, a belicosidade, o militarismo, o “milicianismo”, a meritocracia, a intolerância e preconceitos (machismo, racismo, homofobia e xenofobia), as *fake news* etc.

¹³ É exatamente em razão dessa diferença de sentido que Ramose, por exemplo, não fala em “universo”, mas em “pluriverso”. Diz o autor que “Deve-se notar que o conceito de universalidade era corrente quando a ciência entendia o cosmos como um todo dotado de um centro. Entretanto, a ciência subsequente destacou que o universo não possui um centro. Isto implicou na mudança do paradigma, culminando na concepção do cosmos como um pluriverso. Parece que a resistência do “universo” mostra uma falha que aponta para o reconhecimento da necessidade de um deslocamento do paradigma. Neste ensaio optamos por adotar esta mudança de paradigma e falar de pluriverso, ao invés de universo” (Ramos, 2011).

Retornamos, desse modo, à intenção na escolha da epígrafe que abre o artigo: “Exu matou um pássaro ontem com a pedra que atirou hoje”. Ao lançar a pedra para provocar rachaduras nas estruturas de dominação política, que operam no tempo presente, a partir de suas bases políticas autoritárias, de raízes no passado. Num único movimento, queremos contribuir para a destruição das construções socioeconômicas e políticas da dominação e criar, no presente, novas possibilidades de caminhos para a emancipação política, construindo, colaborando deste modo, para uma nova possibilidade de fazimento do futuro.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Análise crítica da teoria marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

_____. **A transformação da filosofia seguido de Marx e Lênine perante Hegel**. Lisboa: Editorial Estampa, 1981.

_____. **La filosofía como arma de la revolucion**. 20 Ed. Buenos Aires: Siculo XXI Editores, 2011.

BARBOSA, Laíse M.; MACHADO, Daiani M.; MIRANDA, João I. R. Contribuições para o debate sobre o bolsonarismo enquanto movimento político totalitário. **UEPG Appl. Soc. Sci.**, 29, p. 1-14, 2021.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Esquerda e Direita: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Unesp, 2011.

BOITO JR., Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Revista Crítica Marxista**, n. 50, p. 111-119, 2020.

_____. O caminho brasileiro para o fascismo. **Caderno CRH**, v. 34, p. 1-23, 2021.

DIOP, Cheikh A. Origem dos antigos egípcios. In: MOKHTAR, Gamal (ed.). **História geral da África II: África antiga**. Brasília: UNESCO, 2013.

FALOLA, Toyin. **O poder das culturas africanas**. Petrópolis: Vozes, 2020 (Coleção África e os Africanos).

JÚNIOR, João R. S.; FARGONI, Everton H. E. Bolsonarismo: a Necropolítica brasileira como pacto entre fascistas e neoliberais. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 14, p. 1-26, jan./dez., 2020.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz A. **Filosofias africanas: uma introdução**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MBEMBE, Achille. **Brutalismo**. 2 ed. São Paulo: N-1, 2022.

_____. **Políticas da inimizade**. São Paulo: N-1, 2020.

_____. **Sair da grande noite**: ensaio sobre a África descolonizada. Petrópolis: Vozes, 2019.

_____. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1, 2018.

MIGUEL, Luis F. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther S. (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo, Boitempo: 2018, p. 17-26.

MACHADO, Adilbênia F.; NOGUERA, Renato; NASCIMENTO, Wanderson F. Filosofias africanas. In: RIOS, Flávia; SANTOS, Marcio André dos; RATTS, Alex (org.). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023, p. 157-163.

_____. **Democracia na periferia capitalista**: impasses do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria C. (org.). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, Vozes, 2001, p. 55-81.

ORUKA, H. Odera. Quatro tendências da atual filosofia africana. Tradução de Sally Barcelos Melo. Four trends in current African philosophy. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P. J. (ed.). **The African Philosophy Reader**. New York: Routledge, 2002, p. 120-124. Disponível em: <<https://filosofia-africana.weebly.com/textos-africanos.html>>. Acesso em 25 abril 2024.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RAMOSE, M. B. **Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana**. In: _____. **Ensaio Filosóficos**, v. 4, Tradução de Dirce E. Nigro, Solis R. M. Lopes e Roberta R. Cassiano, 2011, p. 6-23.

RAMOS, Danielle C. A.; NETO, Manuel J. G. S. “Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje”: caminhos para uma educação antirracista no Distrito Federal. **Revista Calundu**, v. 5, n. 2, p. 65-77, 2021.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

ROCHA, Aline M. Exu: o “filósofo” da comunicação. **Das Questões**, n. 4, n.1, p. 1-7, 2016.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SAES, Decio. **Democracia**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Estado e Democracia**: ensaios teóricos. Campinas: UNICAMP, 1998.

SILVA, Vagner G. **Exu**: o guardião da casa do futuro. Rio de Janeiro: Pallas, 2015 (Coleção Orixás).

SIMAS, Luiz A.; RUFINO, Luiz. **A ciência encantada das macumbas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2018.

SOMET, Yoporeka. A África e a filosofia. **Revista Sísifo**, v. 1, n. 4, 2016. Disponível em: <www.revistasisifo.com>. Acesso em 25 abril 2024.

SOUSA, Kátia M.; OLIVEIRA, Rafael C. Fascismo e bolsonarismo: relações teóricas e discursivas entre as duas práticas. **Heterotópica**, v. 2, n. 2, p. 115-140, 2020.

TOWA, Marcien. **A ideia de uma filosofia negro-africana**. Belo Horizonte: Nandyala, 2015.

URZÊDA-FREITAS, Marco Túlio de; VIEIRA, Letícia L. Bolsonarismo como linguagem da destruição: uma conversa sobre o mal-estar civilizatório no Brasil recente. **Cadernos do CEAS**, v. 47, n. 256, p. 318-345, 2022.